"MINHA FORMAÇÃO": MEMÓRIA E DISCURSO

Joana Luíza Muylaert de Araújo

RESUMO: *Texte fondamental dans la formation de la pensée critique brésilienne, Minha Formação, de Joaquim Nabuco, sera étudié dans cet article du point de vue des théories du language les plus récentes et de la nouvelle historiographie, tournées vers la redéfinition des concepts de fiction et de mémoire comme discours narratifs dont les frontières se trouvent fortement articulées.*

PALAVRAS-CHAVE: *Joaquim Nabuco, memória, discurso.*

Texto memorialístico, *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco é uma forma narrativa construída nas fronteiras entre o discurso autobiográfico e a prosa de ficção. Tentar uma aproximação entre essas formas diversas / divergentes de representação simbólica de um momento decisivo na construção da modernidade política e cultural brasileira é um modo de compreender como determinadas estratégias da linguagem, características do discurso narrativo, não apenas correspondem às diferentes perspectivas da história mas sobretudo constroem essas mesmas perspectivas. Memória e ficção: através dessas formas de expressar a realidade, de que realidade se está falando? Refazendo a questão: de que modo, em diferentes gêneros do discurso escrito, a realidade é percebida e representada?

Relato de um momento histórico em forma autobiográfica, *Minha Formação* já foi avaliado como texto literário por Maria Carolina Nabuco de Araújo, filha de Nabuco e sua mais conhecida biógrafa e por Gilberto Freyre, na *Introdução* que elaborou para a 5ª edição do livro; e ainda o próprio Joaquim Nabuco procurou minimizar a dimensão política de seu texto memorialístico, conforme atesta o *Prefácio* do autor (1963, p.3-5). As razões que originaram essa avaliação foram analisadas por Izabel Andrade Marson, que a contesta com base na elucidação da história e do conteúdo do texto, os quais, em flagrante contradição com a interpretação do livro enquanto discurso literário, permitiriam resgatar o seu sentido histórico e político (1997, p.70-97).

Joana Luíza Muylaert de Araújo é professora de Teoria Literária do Instituto de Letras e Lingüística da UFU.

É conhecida, no entanto, a dificuldade de se precisar as fronteiras, em alguns casos quase imperceptíveis, entre os relatos pessoais e a elaboração ficcional da história. Muito já se escreveu sobre textos como *Os Sertões*, de Euclides da Cunha e *Casa Grande e Senzala,* de Gilberto Freyre, por exemplo, em que o mesmo problema de "ontologia literária" retorna.[1] São diversos os critérios adotados nas definições dos gêneros do discurso (literário / não literário). Acredito ser possível contornar o problema a partir da perspectiva dos estudos mais recentes na área da teoria do discurso. Tentarei, a seguir, esclarecer os pontos de vista que orientam esse trabalho.

Compreende-se, nesse estudo, a autobiografia como um gênero do discurso escrito. O discurso constitui-se de dois pólos, um consiste no seu caráter de acontecimento ou evento e o outro é o da significação. Em outras palavras, o discurso efetua-se como evento mas é compreendido como significação, apresentando, portanto, um traço primitivo de distanciamento, caracterizado pela dialética do evento e da significação. Seguindo o caminho aberto por Emile Benveniste, na teoria do discurso, Paul Ricoeur expõe o caráter de evento do discurso:

> "Dizer que o discurso é um evento é dizer, antes de tudo, que o discurso é realizado temporalmente e no presente, enquanto que o sistema da língua é virtual e fora do tempo (...) Ademais (...) o discurso remete a seu locutor, mediante um conjunto complexo de indicadores, tais como os pronomes pessoais. (...) O evento consiste no fato de alguém falar, de alguém se exprimir tomando a palavra. Num terceiro sentido (...) o discurso é sempre discurso a respeito de algo: refere-se a um mundo que pretende descrever, exprimir ou representar. O evento, nesse terceiro sentido, é a vinda à linguagem de um mundo mediante o discurso. Enfim (...) só o discurso possui, não somente um mundo, mas o outro, outra pessoa, um interlocutor ao qual se dirige" (RICOEUR, 1988, p.46).

Porém, chama a atenção Paul Ricoeur, o que se pode compreender a respeito do discurso-evento não é o próprio evento - uma vez que ele é contingente e efêmero - mas a sua significação, que permanece. Recorrendo à teoria dos atos de fala, Paul Ricoeur esclarece a questão acima. Os autores da pragmática consideram os atos de fala não como um "substitutivo" da ação mas como um categoria específica de ação: falar é, nesta concepção, fundamentalmente agir sobre o outro, exercer um poder de persuasão, provocar efeitos que conduzam a comportamentos determinados, operar transformações nos modos de pensar e de comportar-se.

Já no discurso oral, na fala, ocorre um primeiro distanciamento: entre o dizer e o dito. Como interpretar o que é dito no ato mesmo de dizer? Por distanciamento entenda-se o resultado da mediação da linguagem. Entre a intenção daquele que fala e o modo como o seu interlocutor percebe a mensagem dada existe sempre um obstáculo, uma zona de opacidade, que, ao mesmo tempo que impedem a compreensão imediata, transparente e exata, são a condição mesma da situação de diálogo, de fala.

---

[1]O termo é de Franklin de Oliveira, em estudo sobre a questão do gênero literário em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, num capítulo que faz parte do livro *Euclydes: a espada e a letra*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

Um segundo distanciamento se dá na efetuação do discurso como obra e como escrita. E um outro problema surge, na verdade concernente a todos os aspectos do discurso: a escrita poderia parecer apenas a fixação exterior e material da fala, dos fatos ou do evento da fala. Sabe-se, no entanto que a escrita torna o texto em parte "autônomo relativamente à intenção do autor", e às "condições sociológicas da produção do texto" (Idem, ibidem, p.53). Quais as conseqüências desse fato? A obra (quando transcende suas próprias contingências de autoria e de inserção num específico quadro social) abre-se "a uma seqüência ilimitada de leituras, elas mesmas situadas em contextos sócio-culturais diferentes" (Idem, Ibidem, p.53). O que poderia parecer um empecilho à leitura interpretativa - o distanciamento entre a intenção do autor e o que o texto "quer dizer", o que ele significa - constitui aquilo que condiciona a compreensão e possibilita o próprio ato de ler.

Aqui surge uma outra questão correlata à do distanciamento entre o dizer e o dito e entre a fala e a escrita: trata-se do problema da referência. No campo da análise do discurso, destaco o ensaio de Oswald Ducrot, em que o autor analisa a ambigüidade daquilo que se denomina o referente (DUCROT, 1984, p.418-37). Por um lado, pondera Ducrot, o referente deve ser exterior ao discurso, constituindo um mundo ou objeto com realidade própria e distinta do enunciado que pretende descrevê-lo; por outro, esse mesmo referente, sendo chamado pelo discurso, fica desse modo nele inscrito, adquirindo existência, para os sujeitos em relação, apenas através do próprio discurso. A conseqüência é uma incômoda indistinção sempre ameaçando, no domínio do discurso, a oposição entre aquilo de que falamos (o referente) e o que dizemos dele. A dicotomia implica o risco da indistinção e com esta última surge o problema do equívoco entre as palavras e as coisas, entre o sentido e o referente. No entanto, essa relação percebida dicotomicamente vincula-se a uma concepção bem específica do referente, baseada na idéia de que ele seria constituído por "seres individuais", ou o que Aristóteles chamava de "substâncias", com existência autônoma em relação às palavras. E se essa noção é pertinente no domínio da lógica, orientada pela intenção de fundamentar juízos de verdade, o mesmo não se pode afirmar no campo das interpretações ou representações imaginárias. Para contornar a oposição entre o referente, enquanto exterior ao discurso e o sentido, enquanto interior ao discurso, é preciso recorrer a uma concepção global e totalizante da referência. Dentro dessa outra perspectiva, desloca-se o problema, que passa a consistir não mais em saber se um discurso é verdadeiro ou não (ou dito de outro modo, se as palavras referem-se adequadamente às coisas que descrevem) mas em verificar o modo como referente é descrito.

Neste caso, "aquilo de que se fala, isto é , o referente, não é propriamente o ser descrito pela expressão referencial, mas esse ser *tal como é descrito* (o grifo é do autor), aquilo que aparece na descrição" (Idem, ibidem,p.434). E o que aparece na descrição não são os "seres individuais" ou "substâncias", "mas as personagens criadas dentro do discurso" (Idem, ibidem,p.434). Não se confundindo com o que se costuma chamar de objeto real, o referente então é objeto do discurso, ou ainda, o sentido que se atribui ao objeto. À pergunta: qual é o referente de um dado discurso?

substitui-se outra: qual a pretensão de referência por parte do discurso? A noção de referente adquire, desse ponto de vista, o sentido de "mundo construído", tornando-se inadequada a abordagem dos "problemas da referência a partir de um conhecimento prévio da 'realidade', ou mesmo de um modo mais geral, a partir de um conhecimento prévio do 'universo' eventualmente imaginário, ao qual o discurso faz alusão" (Idem, Ibidem, p.437).

Disse acima que o texto autobiográfico é analisado nesse trabalho como um gênero do discurso escrito. Enquanto gênero, a autobiografia define-se como o relato das experiências, dos sentimentos e das idéias de um eu, de uma individualidade. Em estudo sobre esta questão, Luiz Costa Lima destaca a historicidade de tais definições, com o propósito de rever e problematizar conceitos (de literatura, de gênero, de individualidade) que se tornaram absolutos, impossibilitando uma compreensão mais abrangente da realidade concreta, particularizada e específica dos textos estudados.[2]

Sabe-se que a individualidade, como toda categoria cultural, não é uma substância auto-evidente e auto-justificável, conforme palavras do autor citado; ela surge como um valor a partir do século XVIII, submetida portanto a condições históricas delimitadas. Associada às vicissitudes da categoria "individualidade", a autobiografia como gênero literário afirma-se desde o período romântico. Nesse texto, porém, é propósito do autor desfazer a identificação entre autobiografias, memórias, relato de ficção e documento histórico. Centrada na expectativa do leitor, a definição do que é a narrativa autobiográfica baseia-se em alguns pressupostos: o eu que narra é idêntico ao que assina o livro; os relatos não podem nunca ser tomados como documentos históricos: "uma confissão autobiográfica não se confundirá com a inequívoca declaração de verdade", diz o escritor.

> "A questão é que a ficção é ficção para um sujeito. A autobiografia é autobiografia para um sujeito. Porção alguma de lógica trazida como prova de que, como a autobiografia não é vida é de fato ficção, convencerá qualquer leitor de que as autobiografias possam ou devam ser lidas como ficção. É a negação completa da experiência do leitor" (Idem, ibidem, p. 297)[3].

Situado entre o historiador e o ficcionista, o memorialista apresenta, em relação ao primeiro, "um testemunho de boa fé" (Idem, ibidem,p.302). Nesse sentido, as memórias ou relatos autobiográficos constituem "uma versão personalizada da história". Em outras palavras, o traço que separa a ficção da autobiografia seria o "eu"; a barra que delimita a história e o relato autobiográfico, as "suas pretensões diversas à 'verdade' " (Idem, ibidem, p.302-303).

Em síntese, a autobiografia pertence ao gênero narrativo, mas não é história nem ficção. A oscilação ora para a modalidade historiográfica do discurso, ora para o discurso de ficção resultaria, segundo o autor, da "impossibilidade de contrato está-

---

[2]Cf. LIMA, 1986, p. 243-309.
[3]Trecho extraído de *Autobiography; Essays Theoretical and Critical*, 1972, de Barrett J. Mandel, citado por Luiz Costa Lima.

vel com o leitor" (Idem, ibidem, p.307). O leitor de um relato histórico pressupõe que as informações nele contidas de fato aconteceram e deverão estar sendo adequadamente referidas. O leitor de uma narrativa ficcional está ciente de que o narrador "não lhe transmite informações sobre fatos sucedidos, mas simulacros de situações destinadas a lhe provocar prazer e questionamento" (Idem, Ibidem, p.306). Já no caso do relato autobiográfico, não haveria condições de se estabelecer um pacto, com base em certas convenções, entre o narrador e o leitor:

> "O autobiográfico escapa do comércio do sentido, pois só o autor 'pode exprimir sua vida para si mesmo. (...) O que vale dizer, a autobiografia é atraída pelo idioleto, é tentada pelo solipsismo.(...) Mais do que 'o veto da imaginação', (...) o gênero autobiográfico se caracteriza pela tentação do veto à comunicação" (Idem, Ibidem, p. 306-307).

Embora reconheça as ambigüidades características da narrativa autobiográfica, o crítico elabora o problema a partir de um ponto de vista que se sustenta sobre uma certa noção a respeito do que seja o autor. Philippe Lejeune, em conhecido texto, "Le pacte autobiographique" (LEJEUNE, 1975), partindo das formulações de Benveniste sobre "a função econômica do eu", afirma que é no nome próprio que a pessoa e o discurso articulam-se, antes mesmo de articular-se na primeira pessoa: relacionados às questões que envolvem o nome próprio os problemas da autobiografia encontrariam uma saída teórica. A confiança na existência do autor "fora do texto" fundamenta-se no que se convencionou chamar de "contrato social de leitura": "o espaço autobiográfico" consistindo num conjunto de textos diferentes assinados por um mesmo autor, considerando-se o autor uma pessoa que escreve e publica, simultaneamente uma pessoa real, socialmente responsável, e o produtor de um dado discurso. A autobiografia supõe, por conseguinte, a identidade entre o autor, o narrador da história e a personagem da qual se fala, uma identidade assumida ao nível da enunciação: nisso consiste o "pacto autobiográfico" estabelecido entre autor e leitor. Em síntese, o "pacto autobiográfico" é a afirmação (no texto, na capa do livro) da identidade do nome próprio, sob o qual situam-se o autor, o narrador e o personagem. Assim acredita Lejeune ter solucionado problemas práticos e teóricos de classificação, de tipologias do discurso. Admitindo a existência de textos que se situam num "espaço ambíguo", em que nem o pacto autobiográfico, nem o pacto romanesco estão evidentes, Lejeune comenta problemas postos pelo romance autobiográfico, e tenta provar uma linha divisória entre formas de ficção e textos referenciais, incluindo nesses últimos a autobiografia e a biografia. Os textos referenciais comportariam um pacto referencial, em que seriam condições fundamentais e prioritárias a identidade e a autenticidade com relação a um modelo. O autor no caso ancora-se, conforme já foi observado, no nome próprio, que é ao mesmo tempo textual e referencial, sendo a referência fundada sobre o contrato de edição: no texto referencial há implícito no "eu abaixo-assinado" um juramento de verdade. O que não ocorre com o romance autobiográfico, que comporta além do mais graus de semelhança entre autor e narrador. Inexistência portanto de pacto autobiográfico, que para se firmar supõe identidade e

não semelhança: identidade que pode ser aceita ou recusada ao nível da enunciação.

Chamam a atenção, nesse estudo de Philippe Lejeune, as categorizações excludentes e absolutas, que estão longe de expressar as variadas formas narrativas. Curioso é ainda o fato de que o escritor tenha partido das análises de Benveniste, para dar um passo atrás. Como se sabe, Benveniste fundamenta suas formulações na situação do discurso oral. Na comunicação oral direta, o problema da identidade é resolvido a partir de dados extralingúísticos: quem é "eu"? "Eu" é aquele que fala, que nós identificamos a partir do próprio fato de que ele fala. O sujeito da enunciação é idêntico ao sujeito do enunciado, os pronomes pessoais (eu/tu) tendo referência apenas no interior do discurso, no ato mesmo da enunciação. Implícito nessa perspectiva está o fato de que não se sustenta um conceito de pessoa independente do sujeito de enunciação: não é a pessoa que define o "eu", mas o "eu" que define a pessoa, o que é o mesmo que afirmar que só existe pessoa no discurso. Mas a questão para Lejeune é outra, bem mais complexa: sustentar o estatuto de um texto. É resolver o problema da identidade do autor e do narrador fora da situação concreta de enunciação. Nesse caso, o pronome pessoal (simplesmente uma função, que consiste em fazer referência a um nome, ou a uma entidade suscetível de ser designada por um nome) não permite atestar a natureza autobiográfica/referencial de um relato textual em primeira pessoa. Procura-se aqui afirmar a coincidência de duas subjetividades: a textual, do narrador e a extratextual, do autor. Em lugar do pronome pessoal recorre-se ao nome próprio como garantia da existência concreta do autor, fora do texto.

Mas quem é o autor? pergunta Foucault em conhecido texto (1992). Não é um nome próprio exatamente como os outros, por várias razões: um nome de autor exerce com relação aos demais discursos um certo papel; "serve para caracterizar um certo modo de ser do discurso" (ele indica que o discurso "deve ser recebido de certa maneira e que deve, numa determinada cultura, receber um certo estatuto"); e finalmente "o nome de autor não transita, como o nome próprio, do interior de um discurso para o indivíduo real e exterior que o produziu"(Idem, ibidem, p. 45). Analisando a função autor, Foucault reconhece quatro aspectos que permitem caracterizá-la. Destaco a terceira, assim descrita:

> "Ela não se forma espontaneamente como a atribuição de um discurso a um indivíduo. É antes o resultado de uma operação complexa que constrói um certo ser racional a que chamamos autor. Provavelmente, tenta-se dar a este ser racional um estatuto realista: seria no indivíduo uma instância 'profunda', um poder 'criador', um 'projeto', o lugar originário da escrita. Mas, de fato, o que no indivíduo é designado como autor (ou o que faz de um indivíduo um autor) é apenas a projeção, em termos mais ou menos psicologizantes, do tratamento a que submetemos os textos, as aproximações que operamos, os traços que estabelecemos como pertinentes, as continuidades que admitimos ou as exclusões que efetuamos. Todas as operações variam consoante as épocas e os tipos de discurso" (Idem, ibidem, p. 50-51).

O que é posto em questão nessa passagem são os esquemas utilizados pela

crítica literária moderna na definição de autor e seus pressupostos acerca de categorias como o sujeito e a verdade. Em perspectiva inversa à que parte da noção de sujeito como origem da verdade, Foucault afirma ser tão falso procurar o autor no escritor real quanto no narrador/locutor de ficção. Isso porque é a distância entre o sujeito empírico e o sujeito do discurso - a cisão entre eles - a condição para que a "função autor" se efetue. Noções como essas operam, necessariamente, transformações radicais no modo de exercer a crítica dos gêneros do discurso, uma vez que levam a redimensionar seus fundamentos teóricos.

Luís Costa Lima, em "Persona e sujeito ficcional" (LIMA, v.1, 1991), reavalia a análise, por ele realizada, sobre os relatos memorialísticos, textos de ficção e a narrativa autobiográfica, no qual enfatizou antes os aspectos contrastivos nos discursos em questão. Recusa então, no citado ensaio, o isomorfismo entre autor e nome próprio, como "uma fábula do registro civil", ao mesmo tempo em que desenvolve uma concepção do "eu" como "persona", proteção simbólica a partir da qual o homem estabelece as relações sociais, desdobra-se desempenhando variáveis papéis. Dentre esses papéis (ou funções, retomando Foucault) "o memorialismo é uma ficção naturalizada, isto é, uma ficção (sobre a própria vida) que entretanto se entende como registro de verdade" (Idem, ibidem, p. 129). Mas ainda aqui reitera-se o propósito de "pensar-se as diferenças entre memorialismo e ficção" apostando o autor no "rendimento do ficcional", conforme o trecho abaixo citado:

> "Neste sentido, as memórias explícitas/implícitas de um autor são preciosas para o exame de sua recepção: elas preparam o retrato que o autor promove para a adoção do público. Ao contrário dessa voluntária/involuntária manipulação, note-se o contraste com o rendimento do ficcional. Bentinho forja o processo de Capitu, não porque tivesse o plano de condená-la senão porque escrevia suas memórias segundo a ótica do advogado que era. O leitor entretanto não se depara, no Dom Casmurro com o gênero memorialista porque, como poucos, Machado soube aproveitar o intervalo que lhe concedia a ficção para fornecer pistas desconstrutoras da auto-imagem do protagonista. As memórias assim se tornavam elemento para o exercício não-naturalizado da ficção. O discurso desta portanto se distingue do memorialista por apresentá-la a nu, pelo 'desnudamento' de sua própria ficcionalidade" (Idem, Ibidem, p. 130)..

A insistência, portanto, nas delimitações mais ou menos rígidas de fronteiras discursivas parece conduzir os estudos críticos e teóricos a um beco sem saída. Mesmo no caso em que se atente para a fragilidade das tipologias demasiadamente fechadas, pode-se ainda indagar: qual a razão de se privilegiar um texto ficcional? Estaria a ficção mais próxima da verdade? Assim sendo, que concepção de verdade acha-se implícita nessa hipótese?

"É preciso pensar uma verdade não como um juízo mas como um processo real." (.....) "Para que comece o processo de uma verdade, é preciso que alguma coisa aconteça. (...) Para que uma verdade afirme sua novidade, deve haver um *suplemento*. Esse suplemento é entregue ao acaso. Ele é imprevisível, incalculável.(...) Eu o cha-

mo de um *evento*." (os grifos são do autor) (BADIOU, 1994, p. 44). São essas algumas assertivas de Alain Badiou no estilo dos aforismos: provocativas e categóricas. Também como Paul Ricoeur, Alain.Badiou parte da noção de evento, apenas identificando-o com a noção de verdade, imbricada por sua vez com a noção de sujeito: assim como nas formulações de Foucault, o sujeito não é fonte da verdade, e sim constituído por uma verdade. Uma verdade é primeiramente uma novidade; e o problema essencial da verdade não é o da sua adequação às coisas ou ao pensamento, mas o da sua aparição e de seu devir. Importante extrair dessa articulação entre verdade e sujeito proposta como um processo os limites éticos de toda pretensão de verdade implicada nesse mesmo processo. Se uma verdade começa por um "axioma de verdade" ("há sempre o desejo de uma onipotência do verdadeiro"), ela esbarra em um determinado ponto, no inominável, que, se ultrapassado (o que é de fato impossível) , instaura o totalitarismo no campo da política e do conhecimento. A questão é, desse modo, deslocada. A crítica dos gêneros do discurso passa então a pressupor um problema ético. Não se trata de negar ou afirmar diferenças na consideração de fronteiras entre formas e gêneros do discurso: elas simplesmente deixam de ter relevância. "O Mal é a vontade de nomear *a qualquer preço*" (o grifo é do autor). Costuma-se identificar o mal à mentira, à ignorância, mas "o mal tem antes como condição o processo de uma verdade"; assim sendo, a ética de uma verdade só se sustenta "em uma espécie de comedimento em relação a seus próprios poderes" (Idem, Ibidem, p. 50).

A proposta de uma nova teoria da verdade e do sujeito impõe, portanto, um novo olhar aos estudos críticos do discurso. A oposição entre autobiografia/romance autobiográfico, supondo uma outra oposição entre texto referencial/texto ficcional, insustentável, mesmo considerando-a dependente do ponto de vista do leitor, obriga a enfrentar o problema da referência, da verdade e dos limites éticos da verdade.

Como compreender, a partir dessas colocações , o relato autobiográfico de Joaquim Nabuco?

Conforme a rigorosa teorização de Philippe Lejeune, trata-se de uma autobiografia ou de uma memória autobiográfica, uma vez que responde aos dois pressupostos que definem o gênero: como uma forma discursiva de apresentação do eu, o narrador dos eventos coincide com o autor do texto; é um relato de "boa fé", um testemunho personalizado (pessoalizado) de um período da história, da qual ele participou.

O objetivo de Joaquim Nabuco não foi, de fato, produzir um documento histórico. Consciente de que escrevia, antes de tudo sobre si mesmo, refere-se explicitamente às lacunas de seu texto, justificando-as como resultado da tentativa de fixar apenas *impressões da vida*. A respeito, leia-se a passagem seguinte:

> "Esta manhã, casais de borboletas brancas, douradas, azuis, passam inúmeras contra o fundo de bambus e samambaias da montanha. É um prazer para mim vê-las voar, não o seria, porém, apanhá-las, pregá-las em um quadro... Eu não quisera guardar delas senão a impressão viva, o frêmito de alegria da natureza, quando elas cruzam o ar, agitando as flores. Em

> uma coleção, é certo, eu as teria sempre diante da vista, mortas, porém, como uma poeira conservada junta pelas cores sem vida...O modo único para mim de guardar essas borboletas eternamente as mesmas, seria fixar o seu vôo instantâneo pela minha nota íntima equivalente... Como com as borboletas, assim com todos os outros deslumbramentos da vida... De nada nos serve recolher o despojo; o que importa é só o raio interior que nos feriu, o nosso contato com eles... e este como que eles também o levam embora consigo.'
>
> Este traço indecifrável, com que, em Petrópolis, tentei há anos marcar uma impressão de que me fugia o contorno animado, explicará as lacunas deste livro e muitas de suas páginas..." (NABUCO, 1963, p. 4-5).

Como se pode depreender das palavras acima, parece evidente a intenção do narrador de fornecer um relato - isento apenas relativamente - de suas experiências enquanto homem público. Por outro lado, ele sabe também que o modo de recepção do leitor pode não coincidir com suas pretensões de dar o próprio testemunho da história passada do país:

> "Agora que elas estão diante de mim em forma de livro, e que as releio, pergunto a mim mesmo qual será a impressão delas... Está aí muito da minha vida... Será uma impressão de volubilidade, de flutuação, de diletantismo, seguida de desalento, que elas comunicarão? Ou antes de consagração, por um voto perpétuo, a uma tarefa capaz de saciar a sede de trabalho, de esforço, e de dedicação da mocidade, e somente realizada a tarefa da vida, saciada aquela sede - ainda mais, transformada por um terremoto a face da época, criado um novo meio social, em que se tornam necessárias outras qualidades de ação, outras faculdades de cálculo para lutas de diverso caráter - renúncia à política, depois de dez anos de retraimento forçado, e diante de uma sedução intelectual mais forte, de uma perspectiva final do mundo mais bela e mais radiante... (...)
>
> No todo, a impressão, eu receio, será misturada; as deficiências da natureza aparecerão, cobertas pela clemência da sorte; ver-se-á o efêmero e o fundamental..." (NABUCO, 1963, p. 4-5)

As advertências contidas no "Prefácio" ao livro revelam a consciência, por parte do narrador, das limitações de seu campo de visão: ele registra o fato de que os artigos que compõem o livro expressam *idéias, modos de ver, estados de espíritos*, de cada época em que foram escritos, ressaltando, assim, a natureza memorialística da obra (Idem, ibidem, p. 3). A ênfase, entretanto, no caráter fragmentário e lacunar de sua escrita, revelaria antes a astúcia de um narrador que "prefere ser lembrado como literato" a ser lembrado como político ou historiador, já que desse modo (enfraquecendo o sentido político do texto), seria supostamente poupado do "juízo da História", conforme o estudo crítico de Izabel Andrade Marson, mencionado no início desse artigo (1997, p. 94). Mas as estratégias de Nabuco, como pode-se verificar no estudo da pesquisadora acima citada, não teriam convencido; a armadilha para "despistar" os historiadores, na sua tarefa de interpretar e julgar as ações políticas do autor, não teria resistido ao tempo.

O texto de Nabuco tem sido objeto de variadas interpretações: como texto

político; como ensaio de crítica cultural e histórica; como texto de reminiscências autobiográficas, apresentando características específicas do discurso literário. Em cada uma dessas interpretações a ênfase recai sobre os aspectos correlatos aos objetivos daquele que examina a questão. No caso, o julgamento de Izabel Marson, sobre as implicações políticas e ideológicas próprias do relato autobiográfico de Nabuco, corresponde ao propósito do historiador que, procurando explicitar as estratégias de construção do texto autobiográfico acaba, por outro caminho , reconduzindo-o a documento, senão da realidade, de um certo modo de ver a realidade, o que não deixa de supor a admissão de textos mais verdadeiros, mais transparentes, de representação do real**.**

A partir de um outro olhar, a aparência lacunar e a pretensão literária do texto de Nabuco orientam-se conforme os mesmos princípios que regem toda narrativa, em que a seleção dos episódios e sua composição obedecem aos critérios de causalidade e verossimilhança, não explicitamente no caso de *Minha Formação*, mas ainda assim, e pela estrutura mesma da escrita memorialística de cunho realista, configurando-se num enredo coerente com a intenção do narrador de referir-se a uma realidade - no caso histórica e empírica, exterior ao texto - e seu corolário - a pretensão de verdade.

Como discurso narrativo, *Minha Formação*, portanto, delineia-se segundo estratégias do gênero em questão, às quais o autor recorre para obter maior poder de verdade e maior coerência: como todo narrador, ordena as lembranças dos eventos numa trama, num enredo (que não corresponde aos fatos como eles teriam realmente acontecido) e num tempo / espaço da memória (que não é o vivido). Situado no cruzamento entre o histórico e o literário, constrói uma imagem de si mesmo como escritor de reminiscências, de sensibilidades e afetos, mais próximo do literato do que do político. Entre a intenção - esboçada no "Prefácio" - e o texto final, está evidente a distância, resultado de uma consciência obstinada em colocar as idéias e as lembranças em ordem.

O propósito de uma escrita autobiográfica, realizada à imagem e semelhança de seu modelo vivo, revela-se ainda no "Prefácio", quando o escritor afirma fidedignidade em relação às modificações inevitáveis, pelas quais passou, referindo-se às "emendas e variantes" (NABUCO, 1963, p. 3) feitas aos diversos textos redigidos anos antes de sua publicação em forma de livro, em 1900, como simples problema de revisão. É com o olhar distanciado de quem teria amadurecido - reavaliando as suas posições políticas e religiosas, "de rebeldia e independência" (Idem, ibidem, p. 8), quando jovem estudante - que o memorialista Joaquim Nabuco traça o seu autoretrato, em *Minha Formação*, parecendo acreditar na possibilidade de obter o registro fiel e objetivo das idéias e das sensações do passado. Nessa memória, o que permanece do que já não é mais é a tradição. Daí a referência ao pai, modelo no qual se espelha para narrar a história de sua formação intelectual, política e afetiva. Supor a identidade entre as experiências vividas no passado e a percepção desse passado no presente implica o apagamento da distância entre experiência e narrativa, entre as

páginas de um livro e a vida. Anuladas as distâncias entre o eu presente e o eu passado, entre o eu empírico e o eu retórico, entre o pai e o filho, a narrativa de Joaquim Nabuco obtém uma continuidade fictícia entre experiência e representação e apenas desse modo - nesse relato-espelho da escrita, prolongamento supostamente idêntico da própria pessoa - pode o autor ver a si próprio de corpo inteiro, sem deformações, sem distorções.

Familiar, o retrato construído a partir da figura do pai não provoca qualquer sensação de estranhamento. São invisíveis para o narrador de *Minha Formação* as marcas de diferença nesta superposição de imagens, assim como para nós, pósteros leitores, são também invisíveis as muitas lacunas das interpretações que julgamos mais verdadeiras, mais transparentes, mais neutras.

Não cabem aqui, porque não pertinentes, nem o julgamento a respeito da veracidade ou legitimidade do testemunho do autor, nem a delimitação de fronteiras mais ou menos rígidas entre formas ficcionais e não ficcionais. Cabe reafirmar que os princípios que regem a construção da imagem pessoal na autobiografia são os mesmos que orientam a construção do narrador-personagem no romance autobiográfico: a distância entre a pessoa e sua representação ocorre igualmente nas diversas formas narrativas. O mesmo pode-se dizer dos "fatos", que são ressignificados no discurso da memória. Se nesse acerto de contas com o passado não resulta ao final um retrato supostamente inteiro e coerente, é porque ele seria inconcebível. Mais que astúcia de um político que teria preferido ser lembrado como literato para ser poupado do "juízo posterior da história", trata-se da impossibilidade de formular uma verdade cristalizada no passado, da impossibilidade de resgatar o que passou tal como supostamente se passou.

A verdade só pode ser interpretada e apreendida de modo fragmentário. O memorialista recorda-se e escreve suas reminiscências, mas a memória não preserva o passado da morte; ela inscreve na escrita uma impossibilidade, uma perda irreparável, faz sobreviver a sensação de que é sempre tarde que se conhece. Assim como quem escreve, quem lê memórias não resgata conteúdos ou idéias mais ou menos adequadas a acontecimentos passados, antes refaz um caminho também instável e tortuoso na direção de uma verdade, na direção de um indizível que nenhum saber constituído pode circunscrever.

BIBLIOGRAFIA

BADIOU, Alain. *Para uma nova teoria do sujeito: conferências brasileiras*. Rio de Janeiro, Relume-Dumaará, 1994.

DUCROT, Oswald. "O Referente". In: *Enciclopédia Einaudi - Linguagem/ Enunciação*. v. 2, Imprensa nacional/ Casa da Moeda, 1984, p. 418-37.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa, Veja,Passagens, 2 ed., 1992.

LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris, Seuil, 1975.
LIMA, Luiz Costa. "Júbilos e misérias do pequeno eu". In: ___. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.
___. "Persona e sujeito ficcional". In: Anais do 2º Congresso ABRALIC. Literatura e memória cultural. Belo Horizonte, 1991. v.1.
MARSON, Izabel Andrade. "Minha Formação: autobiografia, política e história". In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.17, n. 33, p.70-97, 1997.
NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1963.
OLIVEIRA, Franklin de. *Euclydes: a espada e a letra*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.
WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1994.